

# ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i> .....	V
<i>Prefácio</i> .....	XXXIII

## CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL .....	1
1. Conceitos de Constituição .....	1
1.1. Diferença entre Constituição e Carta Constitucional .....	2
1.2. Sentido jurídico, político e sociológico .....	2
1.3. Direito de resistência .....	4
1.4. Constitucionalismo .....	5
1.5. Histórico das Constituições brasileiras.....	6
1.6. A Constituição quanto à sua origem.....	9
1.7. A Constituição quanto à sua forma e extensão.....	10
1.8. A Constituição quanto ao modo de sua formação (elaboração) ..	11
1.9. A Constituição quanto ao seu objeto ou função .....	11
1.10. A Constituição quanto à sua ideologia ou dogmática .....	11
1.11. A Constituição quanto à sua mutabilidade (estabilidade, alterabilidade ou consistência) .....	12
1.12. Elementos da Constituição .....	13
2. Poder Constituinte.....	13
2.1. O Poder Constituinte Originário ou Genuíno (também denominado de 1ª grau).....	14
2.2. O Poder Constituinte Derivado (Poder Instituído, Poder de Emenda ou ainda Poder de 2º grau).....	15
2.2.1. As espécies de limitações ao Poder de Emenda (princípios constitucionais limitativos) e as cláusulas pétreas .....	16

2.3. O Poder Constituinte dos Estados-Membros — Poder Constituinte Decorrente .....	20
2.3.1. Limitações vedatórias e mandatórias.....	21
2.4. Leis orgânicas municipais.....	21
2.5. Regiões metropolitanas.....	24
3. Princípio da recepção.....	25
3.1. Inconstitucionalidade superveniente.....	26
3.2. Inconstitucionalidade progressiva e a lei ainda constitucional ..	27
3.3. Desconstitucionalização .....	28
4. Normas constitucionais segundo a sua eficácia.....	28
4.1. Eficácia plena.....	29
4.2. Eficácia contida .....	29
4.3. Eficácia limitada .....	30
4.3.1. Programáticas .....	30
5. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) .....	32
6. Preâmbulo da Constituição Federal .....	33

## **CAPÍTULO II**

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	33
--	----

## **CAPÍTULO III**

DA SEPARAÇÃO DOS PODERES — ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	36
1. Tripartição dos Poderes.....	36
2. Interpenetração dos Poderes .....	38
3. Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo.....	39

## **CAPÍTULO IV**

OS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	40
--	----

## **CAPÍTULO V**

OS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL .....	43
--	----

1. Princípios gerais.....	43
2. MERCOSUL.....	44
3. Inviolabilidade dos diplomatas .....	45
4. Direitos humanos .....	46
4.1. Os direitos de primeira geração .....	47
4.2. Os direitos de segunda geração .....	47
4.3. Os direitos de terceira geração.....	48
4.4. Os direitos de quarta geração (direito dos povos) .....	48
4.5. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004).....	49
5. Asilo político.....	50
5.1. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agres- são (EC n. 45/2004) .....	50

## CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DOS DIREI- TOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS .....	53
1. Introdução .....	53
2. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988.....	55
2.1. Direitos, garantias e remédios .....	55
2.2. Rol não exaustivo.....	57
2.3. Norma constitucional de eficácia plena.....	57
2.3.1. Núcleo constitucional intangível — direitos e garantias individuais como limite do Poder de Reforma da Cons- tituição .....	58
3. Suspensão dos direitos e garantias.....	58
4. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais .....	58
4.1. Quase-pessoas jurídicas .....	59
5. Dos direitos fundamentais em espécie.....	60
5.1. Direito à vida .....	60
5.1.1. Aborto.....	61
5.1.2. Eutanásia .....	62

5.1.3. Legítima defesa .....	63
5.1.4. Pesquisas com células tronco e remoção de órgãos .....	63
6. Integridade moral .....	63
7. Princípio da isonomia — direito à igualdade .....	64
7.1. Aplicação prática do princípio da isonomia .....	65
8. Princípio da legalidade .....	67
9. Princípio do devido processo legal .....	68
9.1. Componentes do princípio do devido processo legal .....	69
9.2. Princípios decorrentes do devido processo legal .....	70
10. Direito à liberdade .....	82
11. Direito à informação .....	85
12. Direito de resposta .....	86
13. Direito à prestação jurisdicional .....	86
14. Direito à irretroatividade da lei .....	87
15. Direito de propriedade .....	89
16. Direitos do consumidor .....	91
16.1. Direitos básicos dos consumidores .....	92
16.2. A responsabilidade objetiva pelos danos decorrentes de defeitos do produto ou do serviço (acidente de consumo) ..	92
16.3. A responsabilidade pelo produto ou serviço defeituoso .....	93
16.4. Prazo para a propositura da ação por vício do produto ou do serviço .....	94
17. Dos remédios constitucionais .....	94
17.1. Ação popular .....	94
17.2. Mandado de segurança .....	97
17.2.1. Decisões consagradas pela jurisprudência, algumas su- muladas, sobre o mandado de segurança .....	104
17.2.2. Súmulas mais recentes do STF sobre mandado de se- gurança .....	105
17.3. Mandado de segurança coletivo .....	106
17.4. <i>Habeas data</i> .....	108
17.5. <i>Habeas corpus</i> .....	111
17.5.1. Súmulas mais recentes do STF sobre <i>habeas corpus</i> ...	117

## CAPÍTULO VII

DIREITOS SOCIAIS .....	118
1. Os direitos sociais e a universalidade dos direitos fundamentais ..	118
1.1. A Constituição brasileira e a universalidade dos direitos fundamentais .....	120
2. A questão social .....	121
2.1. A Doutrina Social da Igreja .....	122
2.2. A conquista dos direitos sociais no pós-guerra: as Declarações de Direitos .....	123
3. A nova questão social .....	126
4. Os direitos sociais na Constituição brasileira .....	127
4.1. Os direitos sociais assegurados pelo art. 6º .....	129
4.2. Os direitos sociais do art. 7º da Constituição Federal .....	129
4.2.1. A proteção da relação de emprego .....	129
4.2.2. O seguro-desemprego .....	130
4.2.3. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço .....	131
4.2.4. Salário mínimo .....	132
4.2.5. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho .....	134
4.2.6. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo .....	134
4.2.7. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria .....	135
4.2.8. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno ....	135
4.2.9. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa .....	136
4.2.10. Participação nos lucros ou resultados, desvinculados da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei .....	136
4.2.11. Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda .....	136
4.2.12. Jornada de trabalho .....	137
4.2.13. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos .....	138



4.2.14. Remuneração de serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à normal .....	138
4.2.15. Férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 a mais que o salário normal.....	138
4.2.16. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias .....	138
4.2.17. Licença-paternidade, nos termos fixados em lei .....	139
4.2.18. Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.....	139
4.2.19. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.....	141
4.2.20. Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.....	141
4.2.21. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.....	142
4.2.22. Aposentadoria.....	142
4.2.23. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escola.	142
4.2.24. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho .....	143
4.2.25. Seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.....	143
4.2.26. Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho .....	144
4.2.27. Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.....	144
4.2.28. Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.....	144
4.2.29. Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos.....	144
4.2.30. Proibição de qualquer trabalho aos menores de 16 anos ....	145
4.2.31. Direitos assegurados aos trabalhadores domésticos .....	145
4.2.32. Direito de greve .....	145

5. Ordem social e os direitos sociais.....	146
--	-----

### **CAPÍTULO VIII**

DA NACIONALIDADE (arts. 12 e 13 da CF) .....	147
1. Noções introdutórias .....	147
2. Conceito de nacionalidade .....	147
3. Natureza jurídica do direito de nacionalidade .....	148
4. A nacionalidade de acordo com a nossa Constituição .....	148
4.1. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil .....	152
4.2. Extradicação, expulsão e deportação .....	154

### **CAPÍTULO IX**

DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS (arts. 14 a 17 da CF).....	157
1. Regime de governo: Estado Democrático de Direito .....	157
2. Espécies de regimes democráticos: democracia direta, semidireta e indireta .....	159
2.1. Institutos da democracia direta .....	160
2.1.1. Plebiscito .....	161
2.1.2. Referendo popular .....	161
2.1.3. Veto popular .....	161
2.1.4. <i>Recall</i> (revogar, tornar a chamar, demitir um empregado)...	162
3. Conceito positivista de direitos políticos .....	162
4. Direitos políticos positivos .....	163
5. Partidos políticos.....	165
6. Direitos políticos negativos.....	166
6.1. Militares .....	171
7. Impugnação de mandato eletivo .....	172

### **CAPÍTULO X**

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....	174
1. Forma de governo e forma de Estado .....	174
2. Conceito de Estado .....	175

3. Federação. A União, os Estados, o DF, os Municípios e os Territórios (art. 18 da CF).....	176
3.1. União .....	176
3.1.1. Competência material.....	177
3.1.2. Divisão da competência legislativa .....	178
3.2. Estados-Membros .....	179
3.3. Incorporação, subdivisão e desmembramento dos Estados-Membros.....	180
3.4. Os Municípios.....	181
4. Os Territórios e o Distrito Federal .....	183
5. Secessão .....	184
6. Ação declaratória de inconstitucionalidade interventiva .....	185
6.1. Outras hipóteses de intervenção federal .....	186
6.2. Intervenção em município .....	188

## **CAPÍTULO XI**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	189
1. Conceito e espécies.....	189
2. Princípios constitucionais da Administração Pública .....	190
2.1. Princípio da legalidade .....	191
2.2. Princípio da impessoalidade .....	192
2.3. Princípio da moralidade.....	193
2.4. Princípio da publicidade .....	197
2.5. Princípio da eficiência .....	197
2.6. Regime jurídico administrativo .....	198
3. Agentes públicos.....	198
3.1. Agentes políticos .....	199
3.2. Agentes administrativos.....	199
3.3. Agentes honoríficos .....	199
3.4. Agentes delegados .....	200
4. Provisamento de cargos, empregos e funções .....	200
4.1. Acessibilidade.....	201
5. Administração indireta.....	203



5.1. Autarquias.....	204
5.2. Agências reguladoras.....	206
5.3. Fundações.....	206
5.4. Pessoas jurídicas de direito privado — sociedades de economia mista e empresas públicas.....	207
5.5. Paraestatais.....	207
6. Do teto salarial do Poder Público.....	208
6.1. Da criação de subsídio.....	208
7. Servidor público e o mandato eletivo.....	209
8. Do regime jurídico único dos servidores públicos.....	209
9. Da estabilidade do servidor público concursado e hipóteses de perda do cargo.....	210
9.1. Perda do cargo pelo servidor público estável em virtude de redução de despesas.....	210
10. Remuneração.....	211
11. Aposentadoria.....	212
12. Sindicalização e direito de greve.....	222
13. Responsabilidade do Estado e do agente.....	223
14. Licitação.....	225
14.1. Princípios aplicáveis.....	227
14.2. Objeto.....	228
14.3. Contratações diretas: licitação dispensada, dispensável e inexigível.....	229
14.4. Modalidades de licitação.....	230
14.5. Fases.....	234
15. Contratos administrativos.....	234
15.1. Prazo de duração.....	235
15.2. Cláusulas exorbitantes.....	236
15.3. Contrato de concessão.....	236
15.3.1. Concessão de obra pública.....	236
15.3.2. Concessão de serviço público.....	236
15.4. Contrato de gerenciamento.....	237
15.5. Contrato de gestão.....	238

15.6. Convênios .....	238
16. Consórcios .....	239
17. Improbidade administrativa .....	240

## CAPÍTULO XII

PODER LEGISLATIVO .....	242
1. Atribuições .....	242
1.1. Sistema bicameral federativo .....	242
2. Sistema proporcional e sistema majoritário .....	244
3. Do poder legislativo dos Estados .....	247
4. Do poder legislativo dos Municípios .....	248
5. Fidelidade partidária .....	249
6. As deliberações e seus quóruns .....	250
7. Comissões .....	253
8. Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) .....	253
9. Imunidades parlamentares .....	256
9.1. A imunidade material (absoluta, real) .....	256
9.1.1. A reparação dos eventuais danos materiais e morais decorrentes das atividades dos parlamentares .....	257
9.2. Incoercibilidade pessoal relativa (imunidade quanto à prisão) .....	258
9.3. Imunidade processual ou formal .....	259
9.4. Prerrogativa de foro .....	261
9.5. Outras prerrogativas .....	262
10. Vereadores .....	262
11. Remuneração dos parlamentares .....	263
12. Impedimentos .....	264
12.1. Decoro parlamentar .....	265

## CAPÍTULO XIII

PROCESSO LEGISLATIVO .....	267
1. Iniciativa (fase introdutória do processo legislativo) .....	267
2. Emendas à Constituição .....	269
3. Leis complementares e ordinárias .....	271

4. Fase constitutiva do processo legislativo. Casa iniciadora e Casa revisora.....	272
4.1. Regime de urgência constitucional.....	274
4.2. Da sanção e do veto.....	275
5. Fase complementar do processo legislativo.....	276
6. Processo legislativo orçamentário.....	277
7. <i>A vacatio legis</i> .....	278
8. Repristinação.....	279
9. Leis delegadas.....	279
10. Medidas provisórias.....	280
10.1. Matérias vedadas.....	281
10.2. Impostos e demais tributos.....	282
10.3. Transformação da medida provisória em lei.....	283
10.4. Prazo das medidas provisórias.....	284
10.5. Consequências da rejeição de uma medida provisória.....	285
11. Decreto legislativo.....	286
12. Resoluções.....	286
13. Tratados internacionais.....	287
14. Da hierarquia das normas.....	289

## **CAPÍTULO XIV**

<b>FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> .....	290
1. Princípios da legalidade, da economicidade e da legitimidade.....	290
2. Tribunais de Contas.....	290
3. Tribunal de Contas da União (TCU).....	293
4. Tribunais de Contas dos Estados (TCEs).....	293
5. Contas municipais.....	294
6. Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas.....	295

## **CAPÍTULO XV**

<b>PODER EXECUTIVO</b> .....	296
1. Eleição do Chefe do Poder Executivo.....	297
2. Fixação de subsídio.....	299
3. Perda do mandato eletivo.....	299

4. Os crimes de responsabilidade (o <i>impeachment</i> ) e os crimes comuns.....	300
4.1. O processo por crime comum.....	302
5. Crimes dos governadores.....	303
6. Crimes dos prefeitos municipais.....	304
7. Atribuições do Presidente da República.....	307
8. Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.....	309
9. Improbidade administrativa pelo Chefe do Poder Executivo.....	310

## **CAPÍTULO XVI**

O PODER JUDICIÁRIO.....	311
1. A função jurisdicional.....	311
1.1. Atividade ininterrupta.....	313
1.2. Proporcionalidade entre o número de juízes e a demanda efetiva.....	313
1.3. Distribuição imediata de processos em todos os graus de jurisdição.....	314
2. Os órgãos integrantes do Poder Judiciário.....	315
3. O Estatuto da Magistratura.....	315
3.1. Ingresso na carreira mediante concurso público de provas e títulos.....	315
3.2. As promoções na carreira. Os critérios da antiguidade e do merecimento.....	316
3.2.1. O critério do merecimento.....	318
3.2.2. O critério da antiguidade.....	318
3.3. O acesso aos tribunais de segundo grau.....	318
3.3.1. O quinto constitucional.....	319
3.4. Previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso, vitaliciamento e promoção na carreira.....	320
3.5. O subsídio dos magistrados.....	321
3.6. A aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes.....	321
3.7. Residência obrigatória na comarca.....	322

3.8. Remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público .....	322
3.9. Fundamentação e publicidade dos julgamentos .....	324
3.10. Motivação das decisões administrativas dos tribunais.....	324
3.11. Constituição de Órgão Especial nos Tribunais .....	325
4. As garantias da magistratura.....	327
4.1. A vitaliciedade.....	328
4.2. A inamovibilidade .....	328
4.3. A irredutibilidade dos subsídios .....	329
5. Limitações impostas aos magistrados.....	329
5.1. O exercício de outro cargo ou função, ainda que em disponibilidade, salvo uma de magistério.....	330
5.2. Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo .....	330
5.3. Dedicar-se à atividade político-partidária.....	330
5.4. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei .....	331
5.5. Exercício da advocacia após aposentadoria ou exoneração....	331
6. Das garantias do Poder Judiciário.....	331
6.1. A autonomia administrativa do Poder Judiciário.....	332
6.2. A autonomia financeira do Poder Judiciário .....	333
7. Da organização da Justiça brasileira .....	333
7.1. A Justiça Federal Comum: Tribunais Regionais Federais e juízes federais .....	334
7.1.1. Os Tribunais Regionais Federais: composição.....	334
7.1.2. Os Tribunais Regionais Federais: competência.....	335
7.1.2.1. A competência originária.....	335
7.1.2.2. A competência recursal .....	337
7.1.3. Os juízes federais: competência .....	337
7.1.3.1. Os juízes federais: competência territorial .....	339
7.1.3.2. Os Juizados Especiais Federais .....	341
7.2. A Justiça Federal especializada: a Justiça do Trabalho e sua competência .....	342



7.2.1. Tribunal Superior do Trabalho: composição .....	344
7.2.1.1. Tribunal Superior do Trabalho: competência .....	344
7.2.2. Tribunais Regionais do Trabalho: composição e competência.....	344
7.2.3. Os juízes do trabalho .....	345
7.2.4. Acidentes do trabalho .....	345
7.3. A Justiça Federal Especializada: a Justiça Eleitoral .....	346
7.3.1. O Tribunal Superior Eleitoral .....	346
7.3.2. Os Tribunais Regionais Eleitorais .....	346
7.3.3. Os juízes eleitorais.....	347
7.3.4. As Juntas Eleitorais .....	347
7.4. A Justiça Especializada Militar Federal e Estadual.....	347
7.5. A Justiça Comum Estadual.....	349
7.5.1. Juizados de Pequenas Causas e Juizados Especiais Cíveis e Criminais nos Estados .....	350
7.6. A Justiça de Paz .....	351
7.7. O Superior Tribunal de Justiça .....	352
7.7.1. Composição.....	352
7.7.2. Competência .....	353
7.7.2.1. Competência originária .....	353
7.7.2.2. Competência para o julgamento de recurso ordinário.....	354
7.7.2.3. Competência para julgamento de recurso especial ....	354
7.8. O Supremo Tribunal Federal .....	355
7.8.1. Composição.....	356
7.8.2. Competência .....	356
7.8.3. Competência originária.....	356
7.8.4. Competência para julgamento de recurso ordinário .....	358
7.8.5. A competência para o julgamento de recurso extraordinário .....	358
7.8.6. A competência para o julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	360
7.8.7. Competência para julgamento da ação declaratória de constitucionalidade.....	360

7.9. O Conselho Nacional de Justiça .....	361
7.9.1. Composição .....	361
7.9.2. Atribuições .....	363
7.9.3. A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça .....	365
7.9.4. As ouvidorias de justiça .....	365
8. Precatórios .....	366
8.1. O pagamento parcelado do precatório e a sua dispensa nas dívidas de pequeno valor .....	368
8.2. Seqüestro de rendas .....	369
8.3. Intervenção federal pelo não-cumprimento dos precatórios...	370

## CAPÍTULO XVII

CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE .....	371
1. Fundamento .....	371
2. Normas sujeitas ao controle .....	372
3. Controle político e controle judiciário .....	375
4. Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal ...	375
5. Controle da constitucionalidade quanto ao seu momento (tempo)...	376
6. O controle preventivo .....	376
7. Controle superveniente (repressivo) .....	377
8. Controle difuso .....	378
9. Cláusula de reserva de plenário .....	383
10. Controle abstrato da constitucionalidade .....	384
11. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos estaduais, municipais e do DF .....	386
12. Rito da ação direta de inconstitucionalidade .....	388
12.1. Prosseguimento da ação direta de inconstitucionalidade ...	389
12.2. Rito sumário .....	390
12.3. A decisão, sua eficácia e seus efeitos .....	391
12.4. Parcelaridade .....	392
12.5. Impossibilidade de convalidação de norma inconstitucional em razão de emenda .....	393
13. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADECON ou ADC)...	394

13.1. Medida cautelar .....	395
13.2. Rito da ação declaratória de constitucionalidade .....	395
14. O efeito vinculante.....	396
14.1. A coisa julgada e os embargos à execução.....	399
14.2. O efeito vinculante e a ação rescisória .....	400
15. Natureza dúplice da ADIn e da ADECON .....	401
16. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ...	402
16.1. Objeto da ação .....	402
16.2. ADPF por equiparação .....	402
16.3. Legitimidade ativa .....	403
16.4. Petição inicial, a natureza subsidiária da ADPF e o processo .	404
16.5. Julgamento.....	405
17. Interpretação conforme a Constituição e a declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	406
17.1. Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto...	410
18. Inconstitucionalidade por omissão .....	410
19. Mandado de injunção.....	411
19.1. Conteúdo da decisão.....	412
19.1.1. Posição do Supremo Tribunal Federal quanto aos efeitos da decisão.....	413
19.2. Rito do mandado de injunção.....	414
20. Reclamação perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça .....	414

## CAPÍTULO XVIII

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA (arts. 127 a 135 da CF) ..	415
1. Do Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF).....	416
1.1. Princípios constitucionais.....	417
1.2. Chefia.....	420
1.3. Garantias.....	421
1.4. Emenda Constitucional n. 19/1998.....	424
1.5. Princípio do promotor natural .....	424
1.6. Origens e desenvolvimento histórico.....	425
1.7. Funções institucionais e instrumentos de atuação .....	426

1.7.1. Investigações criminais presididas diretamente pelo representante do Ministério Público .....	427
1.8. Inquérito civil .....	431
1.9. Ação civil pública .....	432
2. Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF) .....	433
3. Os procuradores dos Estados e do Distrito Federal .....	434
4. Da Advocacia e da Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF) ....	435
4.1. Da Advocacia.....	435
4.1.1. Atos privativos dos advogados.....	436
4.1.2. Os atos e contratos constitutivos das pessoas jurídicas e o visto dos advogados .....	437
4.1.3. Da divulgação da Advocacia e das sociedades de advogados .....	437
4.1.4. A denominação “advogado” .....	438
4.2. Defensoria Pública.....	450

## CAPÍTULO XIX

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS .....	451
1. Do estado de defesa .....	452
1.1. Conceito.....	452
1.2. Controle do estado de defesa .....	454
2. Do estado de sítio.....	455
2.1. Conceito.....	455
2.2. Pressupostos de fundo .....	455
2.3. Medidas que podem ser aplicadas durante o estado de sítio ..	456
3. Forças Armadas.....	457
3.1. Características.....	457
3.2. Funções das Forças Armadas.....	457
3.3. Princípios básicos de organização das Forças Armadas .....	457
3.4. O princípio da obrigatoriedade do serviço militar.....	458
3.5. O princípio da nação em armas .....	459
3.6. Da condição de militar.....	459
3.7. Da lei marcial.....	461

4. Segurança pública .....	462
4.1. Polícia federal .....	462
4.1.1. Polícia federal comum .....	463
4.2. Polícia civil .....	464
4.3. Polícia militar .....	464
4.4. Corpo de bombeiros .....	465
4.5. Guarda municipal .....	465
4.6. Força Nacional de Segurança Pública — FNSP .....	466

## CAPÍTULO XX

DA TRIBUTAÇÃO — O SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO .....	467
1. Imposto .....	467
2. Taxa .....	468
3. Contribuição de melhoria e empréstimo compulsório .....	470
4. Contribuições sociais .....	472
5. Contribuições sociais para a seguridade social .....	473
5.1. CPMF, COFINS e CSSL .....	474
5.2. COSIP .....	475
5.3. CIDE sobre derivados de petróleo, gás natural e álcool com- bustível .....	475
6. Competência tributária .....	476
7. Limites ao poder de tributar — princípios constitucionais tributários .....	476
7.1. Princípio da legalidade .....	477
7.2. Princípio da igualdade .....	477
7.3. Princípio da irretroatividade dos tributos .....	479
7.4. Princípio da anterioridade .....	479
7.5. Princípio da proporcionalidade razoável (ou da vedação do confisco) .....	483
7.6. Princípio da liberdade de tráfego de pessoas ou bens .....	483
7.7. Imunidade recíproca .....	483
7.8. Imunidade dos templos de qualquer culto .....	484
7.9. Imunidade dos partidos políticos e suas fundações, entidades sindicais de trabalhadores e das instituições de educação e	



assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei.....	485
7.10. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão.....	485
7.11. Princípio da uniformidade tributária nacional (art. 151 da CF)	486
7.12. Princípio da não-diferenciação tributária .....	487
8. Divisão da competência tributária quanto aos impostos.....	487
9. Repartição das receitas tributárias .....	488

## **CAPÍTULO XXI**

<b>ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS.....</b>	<b>489</b>
1. Conceito.....	489
2. Emissão de moeda .....	490
3. Dívida pública.....	490
4. Dívida interna e dívida externa .....	491
5. Orçamento.....	491
6. Princípios orçamentários.....	492
7. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) .....	494
8. Despesas com pessoal .....	495

## **CAPÍTULO XXII**

<b>DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....</b>	<b>497</b>
1. Princípios da ordem econômica.....	498
1.1. Classificação dos princípios quanto à atividade econômica...	498
2. Empresa brasileira e capital estrangeiro .....	500
3. Microempresas.....	500
4. Capital estrangeiro .....	501
5. Atuação estatal no domínio público.....	501
5.1. Participação do Estado na atividade econômica.....	502
5.2. Intervenção no domínio econômico .....	504
5.3. Das propriedades na ordem econômica .....	504
5.4. Política urbana e propriedade urbana .....	505
6. Propriedade rural e reforma agrária .....	506

6.1. Reforma agrária .....	506
7. Política agrícola .....	507
8. Usucapião pró-labore .....	507
9. Limitação ao estrangeiro .....	508
10. Sistema financeiro .....	508

### **CAPÍTULO XXIII**

DA ORDEM SOCIAL: CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS .....	509
1. Conceito de “princípio jurídico” .....	512
2. Função dos princípios constitucionais .....	512
3. O trabalho e a dignidade da pessoa humana .....	514
4. O princípio constitucional do primado do trabalho .....	514
5. Objetivos da ordem social .....	516
6. Bem-estar social .....	517
7. A justiça social .....	519
7.1. A justiça social em Aristóteles e no Cristianismo .....	519
7.2. A justiça social na Constituição Federal de 1988 .....	520
8. Os instrumentos da Ordem Social .....	522
8.1. Considerações gerais .....	522
8.2. Seguridade social .....	522
8.2.1. Conceito .....	522
8.2.2. Breve evolução histórica .....	523
8.2.3. A internacionalização da seguridade social .....	526
8.2.4. A proteção das necessidades sociais .....	527

### **CAPÍTULO XXIV**

A SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 .....	528
1. Conceito .....	528
2. Princípios .....	529
3. A saúde .....	532
3.1. Prestações .....	534
3.2. O Sistema Único de Saúde (SUS) .....	534
3.2.1. Objetivos .....	536

3.2.2. Assistência terapêutica integral. O fornecimento de medicamentos .....	537
3.2.3. Tratamento médico no exterior .....	538
3.2.4. A formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção. O medicamento genérico.....	539
3.2.5. A formulação e execução da política de sangue e seus derivados .....	539
3.3. A participação complementar .....	542
3.3.1. Os planos de saúde .....	543
3.4. A Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS .....	547
4. A previdência social.....	549
5. Beneficiários do regime geral de previdência social .....	550
5.1. Segurados.....	550
5.2. Dependentes.....	551
6. Prestações do regime geral de previdência social.....	553
7. Aposentadoria por tempo de contribuição .....	558
8. Aposentadoria por idade .....	560
9. Demais disposições aplicáveis aos benefícios previdenciários.....	562
10. Assistência social.....	565

## CAPÍTULO XXV

OS DEMAIS INSTRUMENTOS DA ORDEM SOCIAL .....	567
1. Educação, cultura e desporto .....	567
1.1. Educação.....	567
1.1.1. Princípios constitucionais do ensino .....	568
1.1.2. Universidades .....	569
1.1.3. Garantias constitucionais aplicáveis ao ensino .....	570
1.1.4. Sistemas de ensino e financiamento público.....	570
1.2. Cultura .....	571
1.3. Desporto.....	572
1.4. Ciência e tecnologia.....	573
1.5. Comunicação social.....	573

2. Meio ambiente .....	575
2.1. Espécies de meio ambiente.....	575
2.2. Princípios constitucionais .....	575
2.3. Competência legislativa .....	576
2.4. Licenciamento ambiental e estudos prévios .....	577
2.5. Espaços territoriais protegidos.....	577
2.6. Patrimônio genético .....	578
3. Família, criança e adolescente, idoso e índio.....	578
3.1. Família .....	578
3.2. Criança e adolescente .....	579
3.3. Proteção dos idosos .....	580
3.4. A proteção aos índios .....	581